

## INTRODUÇÃO

A fase global do sistema do capital constituiu-se como marco histórico que muitas pesquisas e análises no campo das ciências sociais e humanas referendaram para formular conceitos que pretendiam superar arcaísmos teóricos vinculados à modernidade. Diante da crítica aos preceitos da modernidade, a igualdade passou a ser considerada como um pressuposto teórico que já não traduzia os contextos econômico, político, social, ético que alteravam, decisivamente, a vida dos sujeitos. Em contraposição à igualdade, a pluralidade emergia como expressão de tempos mais flexíveis, fluidos e descontínuos em que questões relativas à identidade e à diferença manifestavam não o fim das utopias, mas o descentramento das energias utópicas.

Nesse sentido, as perspectivas teóricas e as estratégias políticas pautadas nas estruturas objetivas que alicerçam as condições de classe foram deslocadas de sua centralidade, estabelecendo-se num mesmo nível das experiências subjetivas que situam os sujeitos em termos de etnia, de gênero, de sexualidade, de credo. A tendência do capital de inscrever os padrões homogeneizantes das relações de mercado em todos os âmbitos da vida social gerou, de fato, uma intensificação de experiências subjetivas que se acomodam, resistem ou mesmo reivindicam alternativas aos processos de dominação, não reconhecimento e desrespeito sociocultural.

Isso está longe de configurar, todavia, um postulado de perspectivas teóricas e de estratégias políticas que possam dispensar a centralidade das condições de classe frente às estruturas objetivas da sociedade capitalista. A postulação de que essas perspectivas e estratégias remontam a um passado nostálgico fundamenta-se na idéia de que as realizações e conquistas dos sujeitos prescindem de serem apreendidas a partir das relações de produção capitalista. Sua principal consequência consiste em tornar impreciso o fato de que as desigualdades sociais desencadeadas pelas idéias da primazia do mercado, da livre concorrência e do acirramento da competitividade impedem a manifestação do pluralismo como a dimensão potencializadora das identidades e da diferença. A pluralidade sem referência à extrema desigualdade social gerada pelo capitalismo pode remeter para uma abordagem que fragmenta os movimentos e processos

sociais, sem desenvolver análises mobilizadoras de forças que enfrentem a crise estrutural do capital, que se materializa nas múltiplas formas de violência, opressão e exclusão.

Neste trabalho, pretende-se analisar a globalização em sua dimensão ideológica cuja característica principal consiste em evidenciar a necessidade de adaptação às pressões do progresso técnico. A perspectiva básica da ideologia da globalização assinala que o usufruto de seus benefícios vincula-se à capacidade de os trabalhadores assimilarem as exigências e obrigações de um processo social onde o que importa é a liberalização e a desregulamentação que permitem, como sinaliza Chesnais (1996), a submissão de todos os campos da vida social à valorização do capital privado. Nesse sentido, trata-se de compreender a condição de classe considerando que a substituição da organização da produção fordista/taylorista pela produção flexível implicou alterações significativas na vida dos trabalhadores - sobretudo em relação à sua formação, às suas formas de organização política e às suas concepções de mundo -, mas não eliminou a exploração do trabalho pelo capital, que se realiza pela extração da mais-valia.

O resgate da pluralidade depende da superação dessa condição fundamental da reprodução do sistema do capital. Somente com o trabalho desenvolvido, como ressalta Frigotto (2003), como atividade vital de criação do humano nas suas dimensões de mundo da necessidade e da liberdade, pode-se apreender a pluralidade em toda a riqueza de processos de individualização que expressam experiências subjetivas na coletividade, revelam as diferenças na construção de objetivos comuns e tornam singulares as formas de interpretação do mundo.

Em que pesem as formas de subalternização impostas na sociedade capitalista, é possível potencializar o trabalho nessa direção desde que as ações dos sujeitos coletivos e individuais se empreendam na perspectiva de uma contra-hegemonia em favor dos trabalhadores. Tal conduta requer uma intencionalidade no sentido de constituir a igualdade nas relações sociais nos diversos campos de atuação na vida social.

Isso implica o estabelecimento de desafios para a escola pública brasileira que se confrontem com as propostas educacionais do capital em termos da construção do conhecimento de acordo com a lógica competitiva, seletiva e excludente do mercado. Frente à intensificação dessa lógica a partir de 1970, a

elite brasileira reservou um lugar para a educação como fator econômico voltado para a produção capitalista em que a escola pública cumpria mais requisitos ideológicos de acomodar as desigualdades e de servir a interesses clientelistas, patrimonialistas e privatistas do que atender à sua função especificamente pedagógica de contribuir para a apropriação e reapropriação do conhecimento por parte dos trabalhadores.

Para se contrapor a essa perspectiva, duas dimensões concernentes à escola pública vão ser aqui destacadas como referências estratégicas para contribuir com a construção de uma educação voltada para a valorização do trabalho. A primeira delas diz respeito aos processos que dificultam as condições do trabalho escolar: ênfase na hierarquização da organização administrativa da escola em detrimento da relação pedagógica que se desenvolve entre educador e educando; fragmentação do processo de conhecimento; desvalorização docente e discente. A segunda refere-se aos mecanismos internos que inibem a vida escolar: reduzida participação de educandos, seus familiares e demais membros da sociedade civil nas decisões da escola; não reconhecimento e desrespeito às formas de sentir, pensar e agir daqueles que estão envolvidos em seu cotidiano; isolamento da escola frente às demais instituições que compõem o espaço público.

A atuação na tentativa de superar os problemas apresentados por essas duas dimensões sinaliza para a escola pública brasileira a necessidade do estabelecimento de relações de igualdade, para que possam ser suprimidos, tanto da relação pedagógica estabelecida entre educador e educando quanto dos mecanismos internos à vida escolar, os fatores que fragilizam as possibilidades de apropriação e reapropriação do conhecimento por parte dos trabalhadores. A consolidação dessas condições pode constituir o pluralismo na escola como um processo que potencializa a criação de culturas, contribui para a formação de identidades e permite a explicitação das diferenças.

Num contexto em que a reestruturação econômica proporcionada pela globalização capitalista agrava as desigualdades sociais, aprofundando o caráter de assistência aos pobres da escola pública, cabe intensificar análises que contribuam com o movimento daqueles que buscam acumular forças para constituir um projeto socialista e democrático como alternativa ao capitalismo. Nessa perspectiva, compreender a pluralidade em torno da construção da igualdade se articula em torno de três questões centrais.

A primeira refere-se ao tratamento que o capital em sua fase global vem concedendo à pluralidade como um fenômeno que caracteriza a multiplicidade de culturas, a enunciação das identidades e a marcação das diferenças. Esse tratamento compreende os movimentos sociais com base em argumentos que ressaltam um procedimento de acolher a pluralidade pela fragmentação. Ocorre, entretanto, que o acolhimento da pluralidade pela fragmentação evidencia as contradições que o capital encontra para lidar com o processo histórico em que identidades e diferenças se expandem pela natureza excludente de suas relações sociais. É decorrente dessa contradição que se pode desenvolver a igualdade das relações sociais como um processo que enriquece a pluralidade através de uma alternativa de sociedade e de escola na direção da transformação social.

A segunda centra-se na apreensão crítica da identidade e da diferença como referências para a construção do pluralismo de acordo com perspectivas pós-modernas. Essa apreensão permite desvelar abordagens sociais e educacionais que se inclinam à construção de conceitos sem desenvolvê-los a partir das considerações acerca das estruturas objetivas da sociedade que expressam as condições de classe.

A terceira questão diz respeito à compreensão dos processos de individualização que revelam experiências subjetivas com base na materialidade das relações sociais. Como instituição constitutiva e constituinte da sociedade, a escola pública brasileira pode atuar na direção de apreender os processos de individualização de modo a romper com as relações de injustiça tanto do ponto de vista socioeconômico quanto do ponto de vista cultural.

O objetivo que se apresenta ao longo deste trabalho é o de explicitar os conflitos, mas também as convergências frente a essas questões. O contexto em que se desenvolvem aponta para a exaltação do pluralismo, a identidade e a diferença num terreno improfícuo, porque desprovido de igualdade nas condições de relações sociais.

O trabalho está constituído por quatro capítulos. A construção da análise procurou respeitar a ordem das questões delineadas. Nesse sentido, partiu das contradições do capitalismo contemporâneo com seus processos de sofisticação tecnológica, exigências de especialização profissional e deterioração das condições de trabalho para empreender uma síntese acerca do significado da pluralidade num contexto em que a globalização libera as leis de mercado e

acentua as desigualdades sociais. Como desdobramento, salienta as especificidades do impacto da globalização sobre a sociedade e a escola brasileiras. Delineada a abordagem acerca da globalização do capital, a análise remeteu-se à construção da identidade e da diferença na perspectiva de teóricos que anunciam processos que denominam como próprios da pós-modernidade para enfatizar mudanças conceituais necessárias para captar os novos contextos de formação dos sujeitos. Contrapondo-se a essa perspectiva, empreende-se uma síntese que ressalta a centralidade da igualdade e de uma luta pela superação da sociedade de classes como uma condição necessária para se traduzir a pluralidade e a diferença como um rico processo de individualização. No bojo dessa síntese, destaca-se o lugar da escola pública, especialmente no Brasil, na construção de um projeto contra-hegemônico que sustente o trabalho como princípio ordenador da pluralidade.

Diante do eixo dessas questões, o primeiro capítulo considera que o capital em sua fase global exigiu do trabalho uma constante e rápida adaptação ao intenso desenvolvimento tecnológico – tornando-se mais crítico, flexível, participativo -, intensificando a exploração e suas conseqüências de risco, insegurança e violência. Os efeitos da reestruturação produtiva sobre o mundo do trabalho são destacados como um processo que reduz a capacidade organizativa dos trabalhadores, retira conquistas em termos de direitos trabalhistas e sociais e gera sentimentos de apatia, desesperança e aversão à política. Esses efeitos anunciam o colapso do modelo de modernização desenvolvimentista, o que colocou na agenda uma reforma do Estado e uma gestão do espaço público pautada na lógica de mercado com todo o seu receituário de competitividade, eficiência e lucro. A reforma do Estado é compreendida como um elemento que tornou as instituições mais vulneráveis a padrões de qualidade que não se coadunaram com a natureza de seus serviços - não redutíveis às leis de mercado – e o espaço público tende a ser esvaziado pelo avanço dos interesses privatistas. Como uma instituição social e pública, a análise sobre a educação focaliza a gestão da escola em aspectos como a participação, a autonomia, a aprendizagem e a qualidade que, diante da preservação e acirramento dos interesses privatistas, autoritários e clientelistas, distanciam-se das pressões por sua democratização. É importante destacar que esse capítulo expõe que o predomínio dos interesses privados do capital e o acirramento da lógica do mercado tende a apreender as reivindicações em favor da

pluralidade de culturas, de diferenças e de identidades de maneira fragmentada, esmaecendo e dispersando a força de suas lutas. Em termos de educação escolar, essa apreensão fragmentada da pluralidade produz polarizações que separam as singularidades das tradições, linguagens e perspectivas de uma base unitária e orgânica da construção do conhecimento.

O segundo capítulo aborda a educação escolar no Brasil, retratando as especificidades econômicas, políticas, sociais e históricas do país no contexto do capitalismo contemporâneo. Nessa perspectiva, aborda a luta por democratização e pela ampliação do espaço público contra o regime ditatorial e a gradativa configuração de movimentos e de projetos que buscam romper com as forças autoritárias, clientelistas e privatistas que prevaleceram e prevalecem no país, reforçando as desigualdades sociais. Situa a escola pública no bojo dessas lutas por democratização e pela ampliação do espaço público, que eram reforçadas tanto pela capacidade de organização político-organizativa quanto pela produção teórica desenvolvida no campo educacional. Assinala que a crítica empreendida se pautava nas formulações que configuravam um processo de homogeneização cultural e propunham uma alternativa de democratização da gestão da escola pela perspectiva de classe. Por fim, salienta as abordagens pluralistas sobre a relação entre cultura e escola.

O terceiro capítulo discute as concepções de identidade e diferenças formuladas com base nos efeitos da globalização sobre os sujeitos. Destaca a articulação dessas concepções com formulações acerca do processo pedagógico desenvolvido na escola. A crítica central acerca dessas análises diz respeito à construção dessas concepções de modo que dispensam articulações com as estruturas objetivas da sociedade alicerçadas nas condições de classe e na desigualdade social.

O quarto e último capítulo debate as bases conceituais e políticas que estabelecem a igualdade substantiva e as condições de classe como parâmetros determinantes de uma rica pluralidade cultural potencializadora das identidades e das diferenças. No plano teórico e político, esse capítulo busca demonstrar que a condição de classe e o reconhecimento cultural de identidades e diferenças não se situam num mesmo nível de análise. Salienta, entretanto, que as lutas relativas às questões específicas no contexto do capitalismo contemporâneo, tais como etnia, gênero, opção sexual, credo, possibilitam o fortalecimento de um processo contra-

hegemônico dos trabalhadores desde que compreendidas a partir da materialidade das relações sociais. Nessa perspectiva, é preciso considerar que a escola pública, sobretudo num país como o Brasil, pode cumprir um lugar importante na construção dessa contra-hegemonia na medida em que articule as experiências subjetivas que formam identidades e diferenças em torno de um projeto político-pedagógico voltado para a transformação social. A partir do dilema redistribuição-reconhecimento que atravessa a escola pública brasileira, destaca-se que a pluralidade de culturas, de identidades e de diferenças constitui-se a partir de um processo de individualização das formas como se desenvolvem as lutas por justiça e igualdade.

Na conclusão, reitera-se que as condições de igualdade para a potencialização do pluralismo se manifestam plenamente somente com a consolidação da sociedade socialista e democrática. Mas o embate contra-hegemônico pode apontar para essa direção no bojo das lutas contra as injustiças socioeconômicas e culturais do capitalismo. É preciso ressaltar também o trabalho como princípio vital de criação humana, que potencializa a pluralidade como aspecto decorrente dos processos de individualização. Em termos educacionais, ressalta-se que a escola pública brasileira pode contribuir com a construção dessa perspectiva do trabalho desde que oriente sua proposta pela centralidade da relação pedagógica estabelecida entre educador e educando e pela superação dos mecanismos de dominação, subalternização e exclusão presentes na vida escolar.

Não se trata de negligenciar as forças, processos e complexidades que cercam a globalização do capital. Trata-se de considerar que as lutas contra a dominação, subalternização e exclusão exigem a superação estrutural do sistema.